

**EXECUÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 11.112 - DF  
(2018/0242287-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DA TERCEIRA SEÇÃO**  
**EXEQUENTE** : ANTONIO CAMARA GABRIEL  
**ADVOGADO** : EVANDRO RUI DA SILVA COELHO E OUTRO - SP124703  
**EXECUTADO** : UNIÃO

**DECISÃO**

Defiro o pedido de expedição de precatório/requisição de pequeno valor referente à parcela incontroversa do crédito, formulado à fl. 383 e seguintes, consistente no valor nominal da portaria anistiadora (Portaria MJ nº 1.935/2002), em montante correspondente a R\$ 240.525,00 (duzentos e quarenta mil, quinhentos e vinte e cinco reais), atualizado até o efetivo pagamento, com destaque do percentual relativo aos honorários advocatícios contratuais, de 10% (dez por cento).

Esclareço, por oportuno, que a atualização ora ordenada não diz respeito à incidência de correção monetária e juros sobre o valor nominal – *controvérsia que será dirimida por ocasião do julgamento da impugnação* –, e sim à determinação de atualização monetária prevista no art. 100, § 5º, da CF/88.

Destaco que *a orientação da Corte Especial/STJ firmou-se no sentido de que, em sede de execução contra a Fazenda Pública, é possível a expedição de precatório referente à parcela incontroversa do crédito, ou seja, em relação ao montante do valor executado que não foi objeto de embargos à execução*, sendo que, no âmbito federal, a orientação deste Tribunal foi consolidada na *Súmula 31/AGU, in verbis: 'É cabível a expedição de precatório referente a parcela incontroversa, em sede de execução ajuizada em face da Fazenda Pública.* (REsp 1566056/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/12/2015, DJe 09/12/2015).

Remetam-se os autos à Coordenadoria de Execução Judicial para as providências cabíveis.

Publique-se.

Intimem-se.

Após, voltem-me conclusos para julgamento da impugnação.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

